126. Dito isto, deve-se realçar que quando o Conselho de Adjudicação não aprovou a medida acima referida, o Presidente da Comissão, que é o Chefe da Contabilidade, não tinha sido informado a respeito, para que uma solução alternativa tivesse sido adoptada. Dada a urgência do assunto, o lançamento do Passaporte ficou agendado para 25 de Maio de 2007. A medida foi tomada durante a comemoração do Dia de África.

127. Uma outra falha na estrutura da casa a que esta questão se refere são os demasiados poderes que o Conselho de Adjudicação parece ter. Tal como as coisas estão, as decisões do Conselho parecem ser definitivas, dado que ele não responde perante o Presidente ou o Vice-presidente. Se, por um lado, a Comissão compreende que há necessidade do Conselho se sentir livre de influências, por outro, o Conselho de Adjudicação deve submeter os seus relatórios ao Presidente, na qualidade de Chefe da Contabilidade, pelo menos para a sua informação e tomada de medidas necessárias.

128. A Comissão gostaria também de indicar que, ao contrário da impressão transmitida no Relatório do Painel, este órgão continental tem tomado medidas no âmbito das várias decisões das suas instâncias. Além das decisões referidas no parágrafo 122 precedente, duas outras decisões são também relevantes. Estas são EX.CL/Dec. 337 (X) de Janeiro de 2007, adoptada em Adis Abeba, e EX.CL/Dec.354 (XI), de Acra, Gana, de Junho de 2007. A primeira solicitava, entre outros, que a Comissão "tomasse as medidas necessárias em colaboração com os Estados Membros para lançar o Passaporte Diplomático da União Africana, logo que possível". A outra, decidia que o Passaporte da União Africana devia ser separada da questão da Livre Circulação em África, mas apelou à Comissão para que "continuasse a efectuar consultas com os Estados Membros sobre o Passaporte Diplomático da União Africana". A Comissão é de opinião de que agiu nesta conformidade, quando envolveu os peritos dos Estados Membros e ao tomar medidas para o seu pessoal utilizar o Passaporte, enquanto negociava com os Estados Membros sobre uma extensão do seu uso para além do pessoal da União.

129. A Comissão é de opinião de que, se o Painel tivesse conhecimento do acima exposto, estaria informado de que todos os Estados Membros tinham sido solicitados a contribuírem com os seus conhecimentos técnicos para a produção de Passaportes, participando no concurso público para esse efeito e tendo a escolha final sido feita por um Comité dos Estados Membros. Portanto, o processo foi transparente e inclusivo.

130. Uma outra questão importante sobre a qual o Painel obteve informações erróneas por parte de algumas pessoas é que este último órgão não contactou a gestão da Comissão para clarificação, é o alegado contracto que a Comissão presumivelmente concedeu a MIDROC a fim de construir um Hotel sem passar pelo Conselho de Adjudicação. A Comissão não sabe que tipo de documentos é que o Painel diz ter, mas os factos são os seguintes:

- O Presidente da Comissão solicitou o governo etíope que concedesse mais terreno referente à área adjacente as suas instalações, de modo a poder criar mais espaços para gabinetes e salas de conferências;
- Ao fazer o pedido, ele indicou, ab initio, que, dada a escassez de hotéis em Adis Abeba, a Comissão queria ter um Hotel de 5 estrelas, que seria construído, gerido e possuído por um construtor privado, próximo das suas instalações, de maneira a que essa instalação ficasse perto do Centro de Conferências, a fim de serem utilizadas pelos Estados Membros e o público em geral, bem como a Comissão. Desta feita, ele pediu ao governo etíope a disponibilizar mais terreno, que seria transferido através da Comissão, a uma empresa privada para a construção do Hotel. O Presidente tinha dado esta informação aos Chefes de Estado e de Governo a 25 de Maio de 2007, e também em Julho de 2007, durante a Conferência da União em Acra;
- O governo etíope aceitou generosamente o pedido do Presidente e concedeu 12 hectares de terra, com a condição de que uma porção dela seria alugada, em conformidade com as leis pertinentes da Etiópia, mas através da Comissão, a um empresário privado para a construção de um Hotel de 5 estrelas. O referido pedido foi feito em conformidade com a política do governo de conceder incentivos ao sector privado para construir em Adis Abeba, tantos hotéis de 5 estrelas quanto possível. A este respeito, a Câmara Municipal de Adis Abeba informou a Comissão que assinalou mais de 60 áreas para esse tipo de hotéis na cidade;
- Seguidamente, a Comissão preparou um documento descrevendo a proposta de construção e a gestão de um hotel de 5 estrelas na área concedida para a Comissão, indicando a qualidade e as estruturas que um tal hotel deve ter. Isto foi publicado no seu portal, de modo a convidar empresas interessadas na sua construção a submeterem as suas ofertas;
- 3 Empresas submeteram as suas propostas, nomeadamente:
 - i) Toshiokuen Investment Bank from Japan
 - ii) MIDROC Ethiopia
 - iii) Ahmet Aydeniz Construction, Tourism, Food, Import and Export Inc. from Turkey
- O grupo técnico da Comissão para a construção do Projecto do Centro de Conferências da UA, fez uma avaliação técnica das várias propostas e recomendou a MIDROC da Etiópia como empresa elegível e mais qualificada para a construção do Hotel; o grupo técnico foi composto por funcionários da Comissão e 2 Consultores Arquitectos;

- A pedido da Comissão, um Comité tripartido, composto pela Comissão, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Etiópia e a Câmara Municipal de Adis Abeba reuniu-se para discutir as questões técnicas e jurídicas que regem à distribuição de terrenos em geral e, em particular, a porção de terreno que foi acordada para ser transferida ao construtor privado do hotel, através da Comissão. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Câmara Municipal concordaram que a Comissão podia alocar parte do terreno a si concedido na condição de que este órgão continental não pode beneficiar dele financeiramente porque lhe tinha sido atribuído gratuitamente e que o construtor privado fará a sua gestão com base na legislação comercial etíope;
- A MIDROC Etíope, tendo aceite a oferta, enviou um projecto de Memorandum de Entendimento (MoU) rubricado pela Comissão e ela própria para consideração;
- A Comissão estabeleceu posteriormente um grupo de trabalho que se reuniu para analisar o projecto de MoU tendo em conta o interesse da Comissão;
- Em conformidade com o entendimento chegado com o governo da Etiópia, a Comissão concordou em facilitar o aluguer de 25,00 metros quadrados do terreno para o Hotel.

131. É vidente que, para qualquer privado investir milhões de dólares, deve ter alguma garantia de que vai ser titular do terreno por um período de tempo razoável. Por isso, a Câmara Municipal de Adis Abeba, é responsável pela emissão do Acordo de Aluguer à MIDROC, dado que ela é a única autoridade que pode fazê-lo e não a Comissão. Portanto ela fê-lo com base na política do governo etíope de facilitar a construção de Hotéis de 5 estrelas em Adis Abeba e as vantagens decorrentes do facto de possuir um Hotel de 5 estrelas para além do complexo da União Africana são tanto para a Comissão como para os Estados Membros.

132. Quanto às alegações de que a Comissão concedeu à MIDROC um contrato sem passar pela Comissão de Adjudicação, a Comissão considera que se trata de uma falácia, porque nenhum contrato foi concedido. Um contrato é concedido quando a pessoa tem um projecto o qual está a pagar. A Comissão tem sido apenas um facilitador de modo a ter um hotel de 1ª Classe nas suas imediações com todas as vantagens que dela derivam.

133. Por outro lado, o pedido de proposta, que foi aprovado pelo Vice-presidente, foi considerado pela Directora da Administração e Recursos Humanos, que é também presidente do Conselho de Adjudicação. O envio do pedido de proposta foi também autorizado pelo mesmo Departamento. A Comissão está ciente de que um número de funcionários lançou rumores de que a Comissão estava a passar o terreno da UA, gratuitamente como se refere o Relatório do Painel e que um contrato tinha sido concedido sem a vistoria do Conselho de Adjudicação. Como o acima exposto demonstra claramente, este não é o caso. Todo o que se fez, foi feito abertamente e com o consentimento total e o envolvimento do governo da Etiópia.

134. Finalmente, a Comissão observa que todos os aspectos do processo estão devidamente documentados e o Painel podia ter tido acesso a todos os factos, se tivesse pedido essa informação.

135. O facto de alguns funcionários da Comissão terem enganado deliberadamente o Painel, é uma indicação do problema sério que existe em nossa casa, onde a informação é dada por aqueles cujos interesses parecem estar afectados. Lamentavelmente, o Painel não considerou esta perspectiva. Espera-se que o acima exposto clarifique todos os equívocos criados por meias verdades ditas ao Painel.

Fontes Alternativas de Financiamento - parágrafo 432 - 438

136. A Comissão toma nota das recomendações do Painel de que seja estabelecido urgentemente um imposto sobre os bilhetes de viagem de avião dentro de África. Todavia, talvez por falta de tempo, o Painel não foi capaz de ponderar sobre a forma como isto pode ser feito e porque razão esta opção foi escolhida, entre muitas outras propostas que estão sendo consideradas, e quanto é que, em termos de receitas, isso pode significar anualmente. Ela notou que o Comité Ministerial sobre o Governo da União analisou o assunto e apresentou algumas propostas. Por isso, sugere-se que a proposta do Painel seja analisada juntamente com as apresentadas pelo Comité Ministerial.

137. Finalmente, a este respeito, a Comissão não compreende muito bem a última recomendação do Painel sobre esta questão, segundo a qual "uma Empresa Africana de renome internacional deve ser nomeada por um período de quatro anos" a fim de levar a cabo a auditoria das contas de todos os órgãos e relatórios da UA ao Conselho ou qual a razão disso. A União já tem no terreno um sistema de auditoria, que compreende um Gabinete de Auditoria Interna e um Conselho de Auditores Externos. Se há dois ou três anos o Gabinete da Auditoria Interna da Comissão tinha escassez de pessoal, hoje este já não é o caso. Esta secção tem estado a efectuar a auditoria continuamente e produz relatórios regulares às contas de todas as instituições da Comissão – a Sede, Escritórios de Representação e Técnicos – cujas recomendações o Presidente tem constantemente aprovado para a sua implementação. A auditoria interna da Comissão pode, e pedimos que assim seja, ser reforçada em termos de capacidade humana, de modo a permiti-la melhorar o seu desempenho. Nós esperamos os outros órgãos e instituições da União tenham também a sua auditoria interna. Se isto não for o caso, isto deve ser rectificado imediatamente.

138. A Comissão também possui um Conselho de Auditores Externos, que verifica as contas da Comissão numa base anual, que informa anualmente tanto ao CRP, através do seu Sub-Comité para as Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras, e ao Conselho Executivo. O Conselho, que é um órgão independente e composto por profissionais, é nomeado pelos Estados Membros. A combinação do trabalho feito pelo Gabinete da Auditoria Interna e o Conselho dos Auditores